

## P A R E C E R

O presente parecer trata do processo de n. 01450.004811/2008-18, referente ao tombamento do Campo de Santana, no município do Rio de Janeiro, nos livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A situação do Campo de Santana em relação à política pública de tombamento é sui generis. Ele foi dos primeiros bens tombados no início da atuação do então SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 30 de junho de 1938 foi inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o n. 67 e no Livro do Tombo das Belas Artes sob o n. 155. Pouco mais tarde, quando da abertura da avenida Presidente Vargas, o Campo foi destombado por ato do Presidente da República de 8 de janeiro de 1943, por sua vez baseado no decreto-lei n. 3.866, de 29 de novembro de 1941. Rodrigo Melo Franco de Andrade saiu em defesa da integridade do parque, argumentando, ainda em 1941, que a abertura da avenida comprometeria “irreparavelmente” a unidade do conjunto monumental e sua composição simétrica, mas o projeto seguiu adiante e se cumpriu, com outras perdas para o patrimônio cultural, como a da derrubada das igrejas de São Pedro dos Clérigos e de Bom Jesus do Calvário.

O processo de destombamento foi aberto em 14 de março de 1997, tendo se iniciado com uma correspondência da então estagiária de Arquivologia Cristiane Listo da Silva neste sentido dirigida ao diretor do Departamento de Proteção do IPHAN, que o encaminhou à chefe da Divisão de Proteção Legal. Esta recomendou a abertura de processo específico e não desdobramento do processo anterior de tombamento, datado de 1938. A tramitação posterior compreendeu a instrução do processo em sucessivos pareceres técnicos. O primeiro, muito circunstanciado, da arquiteta Joyce Pena, de 23 de dezembro de 2003 foi acompanhado de texto referente ao histórico do bem, de autoria da estagiária Cristiane Motta de Freitas, de texto e planta de delimitação da área de entorno, de levantamento fotográfico (2003), de planta baixa do Campo de Santana (1991) e de material relativo a pesquisas anteriores sobre a área, existentes no arquivo da Superintendência Regional. Deste último se destaca cópia da correspondência dirigida por Glaziou a partir de 1873 ao ministro do Império e a diretores daquela secretaria de Estado, no período em que foi responsável pelo paisagismo do Campo, então da Aclamação. Em sua conclusão

a arquiteta Joyce Pena considerando que os valores que justificavam o tombamento permaneciam, sugeriu o destombamento, com a inscrição nos Livros de Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e não no Livro das Belas Artes, uma vez que com a perda de cerca de 18% da área para a construção da avenida o Campo de Santana “perdeu parcialmente as características originais que estiveram presentes ao risco” de Glaziou. A parecerista sugeriu, em consequência, a mudança do nome do bem, para “trecho remanescente do Campo de Santana”.

A manifestação seguinte, da arquiteta Jurema Arnaut, então responsável pela área de proteção/Ditec da 6ª. Superintendência, consistiu numa informação, na qual concorda com as linhas gerais do mencionado parecer. Faz entretanto uma observação cujo principal argumento é que a mutilação “não lhe subtraiu [ao Campo] os significados históricos e paisagísticos que o distinguem como bem cultural do Brasil”. Manifestando assim dúvidas sobre a extensão do dano no jardim projetado por Glaziou, 18%, não sentia segurança em apoiar a exclusão do bem do Livro das Belas Artes nem a modificação da inscrição do “Campo de Santana” para “remanescentes” dele. Solicitou encaminhamento do processo ao arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, que em parecer de 26 de julho de 2005, considerou que os danos causados pela mutilação foram minimizados, elencando as razões para isso (fls. 151 e 152 do processo) e sugerindo levar em conta no caso os conceitos de integridade e autenticidade adotados pela Unesco. Conclui entendendo que a amputação de 18% da área “não privou o conjunto de suas qualidades estéticas mais importantes”, que “a intervenção não afetou áreas nucleares mas somente uma faixa periférica”, que a integridade e a autenticidade não foram afetadas e que a inscrição deveria contemplar os três livros originalmente mencionados. Sugere também que o tombamento deveria incluir as edificações que circundam a área do Campo de Santana.

Seguiu-se no processo a informação da arquiteta Joyce Pena, de 16 de maio de 2006, na qual repassa a questão, concluindo que a constatação que “se impõe sobre eventuais diferenças ... [é] tratar-se o Campo de Santana de um bem cuja relevância cultural não se diluiu... cabendo portanto inscrição nos livros de tomo deste IPHAN.” Ponderou ainda que promover o tombamento das edificações adjacentes implicaria em mudança de foco do processo, retardando-o por exigir o levantamento das edificações ao redor do campo; sugere portanto manter a poligonal de entorno.

Em 21 de dezembro de 2007 a arquiteta Jurema Arnaut, na qualidade de gerente de proteção do Depam/IPHAN encaminhou ao diretor do setor o processo, com parecer favorável ao tombamento e inscrição nos livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, definindo-se o tombamento do Campo de Santana, com as áreas adjacentes definidas na poligonal do entorno. Endossou também as recomendações contidas no parecer do arquiteto Carlos Fernando Delphim, para que fosse elaborado com urgência um plano de manejo em colaboração com a prefeitura “que estabeleça as ações indispensáveis à efetiva preservação da área, assim como os limites de seu uso com atividades não predatórias”, a exemplo, como diz, de estacionamento para veículos no parque e área destinada à guarda de material de limpeza, vestiário de funcionários e depósito de lixo( fl. 175).

Seguem-se no processo o parecer da procuradoria do IPHAN, de 16 de julho de 2012, cuja conclusão é no sentido de que a matéria se encontra em condições de exame pelo Conselho Consultivo, bem como os documentos que se referem aos demais procedimentos, como editais, publicação na imprensa e comunicação ao governador do estado, prefeito municipal e outras autoridades.

Senhora Presidente, Senhores Conselheiros:

A região do Campo de Santana, no atual centro do Rio de Janeiro, começou a sofrer os efeitos da expansão urbana a partir do início do século XVIII. Embora a cidade se limitasse pela rua da Vala, atual Uruguaiana, já havia interesse pelas áreas alagadiças que se estendiam para além, como se evidenciou pela ocupação de casas e casebres por negros alforriados e ciganos, pelo desmembramento do Rocio Grande (atual praça Tiradentes) do campo de São Domingos, em 1721 e pela construção de igrejas como as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, de São Domingos e um pouco mais adiante da Igreja de Santana (que se localizava no que é hoje o prédio da E.F. Central do Brasil e só em 1870 foi transferida para onde se encontra hoje, na rua de Santana). Aí se concentrava uma das festas do Divino da cidade, que acabou dando nome ao campo. Deve ser lembrado que os terrenos que se estendiam entre os morros de Santo Antonio, da Conceição e o mangue de São Diogo, atual Cidade Nova, além do próprio Campo de Santana são mencionados em alguns documentos como pertencentes à “irmandade do Rosário dos Homens Pretos”, por onde

passavam caminhos que se iniciavam nos morros de São Bento e Santo Antonio e na Vala (depois rua da Vala e atual Uruguaiana).

A área tornou-se mais movimentada, consolidando a ultrapassagem da Vala, desde 1737, quando a Sé e seu cabido, dada as más condições da catedral no morro do Castelo, foram transferidos para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Em 1749 seria colocada a pedra fundamental da nova catedral, por ordem do governador Gomes Freire de Andrade, mas a obra não foi adiante dos alicerces e posteriormente no século XIX o prédio tornou-se Academia Militar e Escola de Engenharia. O impulso para a ocupação da região consolidou-se na segunda metade do século XVIII, com a construção na década de 1750 de uma ermida no que viria a ser a igreja de São Francisco de Paula, caracterizando desde então o Largo de São Francisco.

Esse impulso correspondeu ao que o geógrafo Maurício Abreu chamou de “frentes pioneiras urbanas” e se estendeu, no caso, por sucessivas e diversificadas ocupações ao largo do Rocio, aos caminhos adjacentes, à área do campo de Santana propriamente dita e à zona posterior até o limite do mangue de São Diogo.

A área a oeste do Rocio possivelmente teve valorização na segunda metade do século XVIII, pois sabe-se que o vice-rei conde de Resende (1790-1801) promoveu a drenagem do futuro campo de Santana e concretizou os primeiros arruamentos, facilitando o estabelecimento de edificações. Por outro lado, um mapa de 1799 do mangue de São Diogo, atual Cidade Nova, existente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro mostra uma ocupação intensa da área, maior do que a geralmente admitida pelos historiadores da cidade. Aparecem aí chácaras e edificações, algumas assobradadas, margeando a estrada, que possui quatro pontes e várias valas de escoamento. O atual Campo de Santana era assim uma área intermediária entre a “frente pioneira urbana” que ultrapassara a Vala em meados do século XVIII e os arredores rurais da cidade, ocupados pelas chácaras.

Parece claro portanto que a região do futuro Campo de Santana beneficiou-se da expansão da cidade para oeste da Vala ao longo do século XVIII e que na última década se constituía no seu limite urbanizado, a partir do qual os caminhos levavam às áreas de chácaras quer no sentido do mar (mangue de São Diogo), quer no sentido dos morros de Santa Tereza e do Catumbi.

A história da área do Campo de Santana consolida-se no século XVIII. Do início a meados do século XVIII o areal com plantas rasteiras e cajueiros deixou de ser um limite ou simples passagem para se tornar local de habitações esparsas e pobres; na segunda metade do século deu-se certo adensamento, com a área constituindo um bolsão entre a “frente pioneira” que marchava do centro e as chácaras rurais mais à frente, o que levou o vice-rei conde de Resende a promover a drenagem das águas e o arruamento. Estabiliza-se assim a região e estimulam-se novas edificações, com muros e jardins, que antes da chegada da Corte já ocupavam três dos quatro lados do campo, segundo o historiador Brasil Gerson.

O primeiro século de ocupação efetiva da área não a destaca, para fins de avaliação do patrimônio cultural, de outras tantas “frentes pioneiras urbanas” que caracterizaram a expansão do Rio de Janeiro. Sua excepcionalidade se encontra nos dois séculos seguintes.

A grande inflexão histórica do Campo de Santana é do período joanino, de 1808 a 1821. Nela se potencializa a vocação posterior da área. A proposta “civilizatória” da administração joanina, particularmente com a política do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, tinha como um de seus aspectos melhorar o traçado urbanístico da cidade, agora transformada em Corte e sede de um império pluricontinental. Para tal baixaram-se normas sobre arruamentos e edificações, em 6 de novembro de 1811 que contemplavam, em boa estética iluminista, a abertura de ruas mais largas e de praças com arborização. Elas foram logo aplicadas no campo, transformado em passeio e com ajardinamento. Em decreto anterior do mesmo ano isentara-se do pagamento da décima urbana as casas que se construíssem entre o Campo de Santana e o mangue, por dez anos se fossem de um sobrado e menos de cinco portas ou janelas de frente, por vinte se de mais de um, criando-se aí um novo bairro, a “cidade nova”.

No início de 1818, quando da aclamação de D. João VI na praça do Paço, casas e ruas foram enfeitadas, engalanadas e iluminadas, destacando-se a grande festa “no novo passeio do Campo de Santana”. O cronista Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca informa que o passeio ocupava um terço da área, cercado de uma cerca viva de espinheiros e de um gradil de madeira apoiado em colunas de dois metros de altura. O jardim tinha amoreiras e quatrocentas palmeiras. O Rio de Janeiro contava assim com um segundo passeio público,

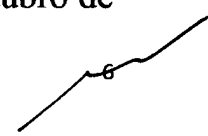
além do Jardim Botânico da lagoa, este mais dedicado ao cultivo de sementes, produção de mudas e realização de experimentos agrícolas.

A grande festa do Campo teve como ponto alto a iluminação, que se prolongou por três noites, 6, 7 e 8 de fevereiro e contava com 65.000 luzes. No Campo de Santana desde a época joanina realizavam-se também touradas e cavalladas, além das festas do Divino, estas tendo como base a igreja de Santana, com grande afluência de público que assistia ao desfile do Imperador e seu séquito, participava dos leilões de prendas e assistia aos fogos de artifício. Nas *Memórias de um sargento de milícias*, publicado em 1853 mas referindo-se ao “tempo do rei” D. João VI, Manuel Antonio de Almeida dedica um capítulo, “o fogo no campo”, à descrição da festa.

O mesmo conde de Linhares, responsável pela secretaria da Guerra, deu também ao campo uma destinação militar, utilizando-o como local para exercícios e manobras e construindo num dos lados do retângulo um quartel para acantonar o segundo regimento das tropas de linha, até então fixado no mosteiro de São Bento. Em 24 de junho de 1818, coroando o embelezamento do passeio e ao mesmo tempo dando-lhe um uso pragmático, D. João VI inaugurou no campo um chafariz, dois tanques e 22 bocas de água, trazida encanada do rio Maracanã, o que permitiu o seu uso pela população que já vivia na área.

Na época joanina também se sofisticaram as edificações no entorno, com a casa do intendente geral de Polícia e desembargador da Casa da Suplicação Paulo Fernandes Viana, a do comendador João Rodrigues de Almeida, depois barão de Ubá e a do sargento-mor Anacleto Elias. A primeira, demolida, ficava na esquina da rua Frei Caneca com a praça e nela se reuniu a sessão do Grande Oriente do Brasil que, sob a presidência de Gonçalves Ledo, proclamou a independência do país em agosto de 1822. A segunda sediou o Museu Nacional, o Arquivo Nacional e é atualmente ocupada pelo arquivo judiciário do estado do Rio de Janeiro. A terceira foi residência do conde dos Arcos, sede do Senado do Império e da República de 1826 a 1925 e atualmente é ocupada pela faculdade de direito da UFRJ. Ainda em 1818 e também por determinação de D. João VI começou na parte do campo depois ocupada pela avenida Presidente Vargas a construção do prédio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, primeiro edifício próprio do órgão em mais de 250 anos.

No movimento de independência acentuou-se o papel político do Campo de Santana, com a aclamação do Imperador D. Pedro I, no dia 12 de outubro de



1822. Essa segunda cerimônia de uma aclamação real no Brasil provocou a mudança do nome para Campo da Aclamação, em homenagem à solenidade. Embora não tivesse sediado a primeira aclamação, o Campo foi objeto da sua comemoração popular mais expressiva em 1818. Menos de cinco anos depois nele se realizava o ato oficial e mais uma grande festa popular. Ainda no Primeiro Reinado o Campo seria local de embate entre as tropas imperiais e o revoltado batalhão de estrangeiros que fora contratado para atuar na guerra da Cisplatina e em 1831 foi nele que os “exaltados” exigiram do Imperador a queda do ministério, o que acabou provocando a abdicação. Em 1841 ocorreram nele as comemorações da terceira aclamação de um soberano no Brasil e nas Américas, a de D. Pedro II, em 1889 a proclamação da república e nos anos seguintes os conflitos entre florianistas e opositores do governo. Nele também se faziam os desfiles militares comemorativos da independência e da outorga da constituição de 1824. Se considerarmos a área do antigo quartel de D. Rodrigo, depois Quartel General e Ministério da Guerra e do Exército, devemos lembrar que em 1930 ali foi instalada a Junta militar que derrubou Washington Luís e nas crises subsequentes de 1932, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964 nele se cristalizaram as posições que definiriam as orientações políticas vitoriosas.

A ocupação do entorno também teve relevante papel social e institucional. Além dos prédios já mencionados funcionaram na área o Teatro Lírico, onde ocorreu a estreia brasileira de *O Guarani*, a Casa dos Meninos Cegos, depois Instituto Benjamim Constant, transferido para a Urca, a Casa da Moeda, utilizada também como sede de exposições nacionais no Segundo Reinado, o Corpo de Bombeiros, a Escola Normal (atual Rivadávia Correia), o Telégrafo Nacional, a estação de D. Pedro II, na república Central do Brasil, o Superior Tribunal Militar e a Assistência Pública. Quando terminou a monarquia dois dos cinco ministérios funcionavam no Campo de Santana – o da Guerra e o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – e antes já estivera ali o das Relações Exteriores, ainda denominado à portuguesa “negócios estrangeiros”.

Ao longo do Império o Campo de Santana saiu de sua condição de arrabalde e limite oeste da cidade para a de eixo entre o núcleo antigo, setecentista e a cidade nova, que tinha o palácio de São Cristóvão como emblema e se desdobrava para as chácaras da Tijuca e do Engenho Novo. Este aspecto foi devidamente pontuado na instrução do processo.

A importância política e institucional que tinha o Campo de Santana nas décadas seguintes à abdicação contrastava com a pobreza urbanística e

paisagística. O conde de Suzanet, em 1845, dizia que as praças principais da cidade “são irregulares e mal construídas, só tendo de notável o tamanho”, crítica que não estendia ao Passeio Público. A conhecida má vontade deste viajante em relação ao Brasil poderia ser uma exceção, mas o alemão Hermann Burmeister, que esteve no Rio de Janeiro em 1850 disse do Campo de Santana que os passeios e ruas adjacentes não tinham calçamento, havia lixo amontado, as lavadeiras ocupavam o tanque e estendiam a roupa na grama para secar e “poucas são as boas casas que apresenta, embora seus flancos sejam ornados pelos edifícios do Senado e do Museu. Parece mais um campo afastado que o centro de uma grande capital, como, por vários motivos, deveria ser considerado.” Thomas Ewbank dele só registrou igualmente a presença das lavadeiras. Charles Ribeirrolles que esteve na cidade também na década de 1850, diz que “o campo da Aclamação, vasto quadrilátero que comportaria dois squares de Londres, é tão desnudo quanto um deserto da África”. O historiador Brasil Gerson cita um número de 1854 do *Jornal do Comércio* no qual se lamenta a “nossa incúria” no trato do Campo, comparando-o à Trafalgar Square e à Praça da Concórdia por sua relevância urbanística.

Por essa condição de abandono talvez o Campo de Santana esteja ausente dos logradouros mencionados por Joaquim Manuel de Macedo em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de 1863, sendo apenas referido episodicamente a propósito da aclamação de D. João VI. Dele Machado de Assis faz referências incidentais em diversas obras e na crônica *O Velho Senado*, publicada em 1899 e na qual descreve a instituição como a viu em 1860, observava que o campo fronteiro “não era então o parque de hoje, mas um vasto espaço inculto e vazio como o Campo de São Cristóvão”.

Percebe-se assim que o início de ajardinamento descrito pelo padre Perereca em fins do período joanino foi abandonado. Uma das versões atribui ao próprio Imperador a ordem para o corte das amoreiras e a retirada das demais plantas, pela inimizade com o intendente Paulo Fernandes Viana, o executor das ordens de D. João VI. Mas o abandono posterior à abdicação parece confirmar o desinteresse do governo e da população pelo embelezamento.

A retomada de um “projeto civilizatório” entretanto não estava descartada. Em 1839 o diplomata Vasconcelos Drumond, que no recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esforçava-se pela formação de uma coleção documental e museológica que cultivasse a identidade nacional, já defendia um novo ajardinamento do Campo de Santana, tema retomado pelo



vereador Haddock Lobo, pelo pintor e escritor Araujo Porto Alegre e pelo brigadeiro Soares de Andrea, Barão de Caçapava, nas décadas seguintes. Foi deste a proposta mais consistente, por meio de um plano de urbanização do Campo, apresentado em 1854 mas afinal só levado a efeito por João Alfredo Correia de Oliveira, ministro da agricultura, comércio e obras públicas, em 1870. Cria-se a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, da qual fez parte o então jovem engenheiro Pereira Passos e dá-se a contratação de Auguste Glaziou, em 1873, que apresenta e implementa, por mais de uma década, uma proposta de urbanização e paisagismo do Campo, inspirado nas recém concluídas iniciativas do Barão Haussman e do paisagista Alphand em Paris. O projeto, orçado em 1.500 contos de réis, custou 1.102 e Glaziou devolveu ao governo a diferença de 398 contos, sendo recompensado com uma doação de 200 contos.

Com a construção do jardim de Glaziou, em sua época e posteriormente, foram introduzidas esculturas, chafarizes e monumentos, como o dedicado a Benjamim Constant já na república, acrescentando mais um elemento estético à área. Deve ser lembrado que essa concepção já estava presente no primitivo jardim joanino, como narra o cronista Pe. Perereca, com a presença de pelo menos um chafariz, embora as esculturas fossem feitas em material perecível, em sua expressão, de “falso mármore”.

A história do Campo de Santana demonstra como quase tudo em matéria histórica, um grande leque de possibilidades a cada recorte cronológico que fazemos. Na primeira metade do século XVIII se apresenta como periferia de um burgo que parara na rua da Vala; da última década do século XVIII até o Primeiro Reinado recebe grande impulso pois se o Estado ali realiza suas festividades cívicas, também a sociedade dele se utiliza, como área lúdica e de trabalho, com as festas do Divino e a presença das lavadeiras. Quando tudo apontava para um futuro brilhante e desmentindo as ilusões teleológicas, entra em decadência por meio século, até que João Alfredo e D. Pedro II o entregam a Glaziou, que lhe dá a configuração dos 140 anos seguintes. Ao longo desse período foram também várias as opções que lhe surgiram, positivas e negativas e sem dúvida a mais desafiadora foi a mutilação imposta pelo urbanismo monumentalista do Estado Novo. Prejuízo “irreparável” no dizer de Rodrigo Melo Franco de Andrade no calor da reação, o que implicava em admitir sua decadência definitiva, mas que acabou por não inviabilizá-lo. A dinâmica urbana

das décadas posteriores estimulou processos contraditórios de preservação e degradação e o tombamento federal pode ser instrumento poderoso daquela, num momento em que, se não lhe ocorre ameaça de retalhamento como na década de 1940, sofre com construções abusivas e até estacionamento indevido. É a oportunidade que temos para influenciar em nova inflexão positiva na história tricentenária do Campo.

Essa história permite também a leitura dos múltiplos significados do espaço do Campo de Santana. Significado no âmbito da simbologia política, primeiramente, lugar de encarnação de emblemas da monarquia, como foram as festividades dos casamentos da infanta Maria Tereza e do príncipe herdeiro D. Pedro com D. Leopoldina de Habsburg, as duas aclamações de monarcas e as três festas de aclamação, de um rei e dois imperadores. Aclamações e festas aliás que se faziam no campo em respeito à velha tradição pactista portuguesa de que o novo monarca deveria ser não apenas coroado e sagrado, mas aclamado pelos “povos” como renovação da aliança entre a sociedade e o soberano. Como todo lugar emblemático da memória social, também o Campo de Santana não foi exclusivamente monárquico: a república considerou-o como território privilegiado do novo regime, porque ali foi proclamada e porque uma das casas do entorno era a do proclamador. Por isso o Campo sofreu pelo menos duas incisões ideológicas, com a mudança de nome de Campo da Aclamação ou da Honra para Praça da República e com a construção nele da estátua do prócer republicano Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

Menos interessada nos combates ideológicos de monarquistas e republicanos, que reviviam os combates físicos de exaltados e governistas na crise da abdicação, a população rejeitou as duas denominações e continuou valorizando a evocação religiosa original: Campo de Santana.

Significado social e institucional do entorno, igualmente. A quantidade de construções social e institucionalmente relevantes do entorno justificam não apenas a sua preservação, mas – quando ele não existe - o próprio tombamento federal, como ocorre, apenas a título de exemplo, com o prédio da Faculdade de Direito da UFRJ. Considerada a natureza federativa da organização política do país e as normas de preservação do patrimônio cultural, não se compreende que o edifício em que funcionou por 99 anos a câmara alta do parlamento imperial e republicano, além de seu significado anterior como residência do conde dos Arcos, vice-rei e principal ministro do início da regência de D. Pedro e posterior como sede da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde

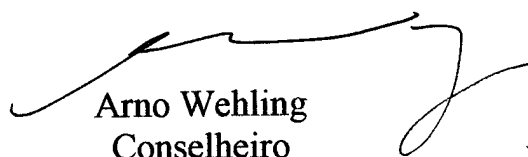
atuaram expressões da história constitucional do Brasil como San Tiago Dantas, Hermes Lima, Afonso Arinos de Melo Franco e Pedro Calmon, tenha tombamento apenas estadual, pelo INEPAC e não pelo IPHAN.

Significado urbanístico, paisagístico e estético, por fim. Se o *Jornal do Comércio* em 1854 a comparou à Trafalgar Square e à Praça da Concórdia, Carlos Lessa recentemente comparou o Campo de Santana à concepção de parques e jardins abertos ao povo, como o Central Park de Nova Iorque em 1848, depois imitado por outras cidades norte-americanas e também o Bois de Boulogne, em Paris. A dimensão paisagística, que estava nas intenções de D. João VI e Paulo Fernandes Viana, concretizou-se com a implantação do projeto de Glaziou e a estética consolidou-se desde o final do Império, com monumentos e esculturas que sobrepõem diferentes épocas e sensibilidades.

Produto de diferentes historicidades acumuladas no tempo, o Campo de Santana e seu entorno possuem tal densidade de acontecimentos políticos, vida social e econômica, percepções estéticas e construções do imaginário que ocupa espaço ímpar na topografia histórica do Rio de Janeiro, mesmo se comparado a outros espaços públicos emblemáticos do centro da cidade, como a praça XV de novembro, o Passeio Público, a praça Tiradentes e a esplanada do Castelo.

Pelo exposto, o parecer é favorável ao tombamento do Campo de Santana, com a respectiva inscrição nos livros de Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Brasília, 11 de junho de 2015 ,

  
Arno Wehling  
Conselheiro